

Ningde, Guaribas e a ousadia concreta de um mundo sem fome



» **OSMAR ALMEIDA JÚNIOR**
Secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

» **JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS**
Chefe da consultoria jurídica do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Sob o marco dos 50 anos da retomada das relações Brasil-China há, novamente, uma ampla divulgação dos avanços econômicos e tecnológicos dos chineses que nos espantam cotidianamente já há algum tempo. Entretanto, a maior das conquistas chinesas das últimas décadas é bem menos conhecida. Em 2021, aquele país celebrou o fim da pobreza absoluta e da fome, e isso no território mais populoso do planeta e que amargou um brutal colonialismo europeu por todo o século 19. Transitaram mais de 600 milhões de pessoas para fora do flagelo da miséria, algo nunca antes visto na humanidade.

Nem visto, nem mesmo sonhado. A fome, por milênios, era considerada basicamente inevitável e inafastável da condição de populações gigantescas. Se, por um lado, foi erradicada na Europa do pós-guerra pelo Welfare State, de outro, estava naturalizada para sempre em todo o Sul Global. Josué de Castro foi ousado e inovador ao afirmar, nos anos 1940, a fome como um problema eminentemente socioeconômico e não natural ou climático: "A fome não é um destino, mas uma escolha política", dizia. Da criação da FAO em 1945 à entrada da meta Fome Zero entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas em 2012, avanços aconteceram na visibilidade dos famintos na agenda política global.

O Brasil, sob a liderança do presidente Lula, foi parte essencial desse processo, com a retirada do país do Mapa da Fome em 2014 e a possibilidade real de novamente sairmos agora, de forma mais

sustentada institucionalmente para que nunca mais possamos retroceder, com um Plano Brasil sem Fome interministerial e um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional contando com uma adesão massiva de estados e municípios.

O Brasil, nessa trajetória, não só estudou a geografia da fome desde a primeira metade do século 20, como organizou ações da cidadania para transformar esses estudos em movimento social pujante no pós-ditadura e, por fim, passar a protagonizar o debate internacional no início do século 21 a partir de políticas públicas muito bem estruturadas, como o Bolsa Família, o Programa Cisternas e o Programa de Aquisição de Alimentos.

Contudo, mesmo com todo esse avanço, temos um mundo que ainda convive com 733 milhões de pessoas em insegurança alimentar grave, segundo a ONU. Mais do que nunca é necessário saber que é factível que populações podem superar a fome, mesmo quando as contamos nas centenas de milhões. A experiência chinesa nos revela isso, conhecer o que e como eles planejaram esse salto é, por isso, urgente.

A tradução para o português da obra do presidente Xi Jinping *Superar a pobreza* (Editora Contraponto, 2024) nos ajuda a conhecer melhor essa conquista. Traz textos do início dessa história (1988-1990), quando ainda na pequena cidade de Ningde, na província de Fujian, o foco do desenvolvimento econômico passa a ser o "governo para o povo" (Mínsheng). Tentando fazer com que o "pássaro fraco seja o primeiro a voar", o então secretário municipal Xi, na época praticamente desconhecido, mobilizou uma comunidade para reunir seus potenciais econômicos e culturais com a finalidade de ter um futuro mais digno. Após 30 anos, aquelas iniciativas de buscar o desenvolvimento adequado às condições locais e melhora de infraestruturas rurais básicas foram refundadas, refeitas e complementadas inúmeras vezes, atingindo não só a província de Fujian como construindo políticas gigantes, como reformas agrárias, revitalizações rurais, transferências de renda, busca ativa pelos hipossuficientes em toda a China.

A tradução do livro se soma às iniciativas de

universidades brasileiras que há tempos se articulam para compreender formações econômicas e políticas tão distantes, mas tão exitosas. Conhecer ainda mais a China como um espaço livre da fome é uma tarefa inafastável. No Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, com a condução do ministro Wellington Dias, estamos fomentando, agora enquanto prioridade do governo federal, essa empreitada: reunir e catalogar essa experiência, seus desenhos jurídicos, sua forma organizativa burocrática, a ponto de transformá-la em uma política pública possível de inspirar outras em contextos nacionais diferentes.

É esta a contribuição do pilar técnico da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, com quase 90 países já signatários: apresentar o exitoso na experiência brasileira, chinesa e de todos os outros países do mundo — como o Banco do Povo da Índia ou os programas de transferência de renda mexicanos — que já conseguiram, de algum nível, transformar o ideal de um mundo sem fome em material concreto, em proposições normativas, em instituições do direito administrativo, em assistência técnica rural, em estruturação de negócios para que possamos deixar claro que só aquilo que não se conhece é um flagelo sem resposta.

Parafraseando o líder da modernização chinesa Deng Xiaoping (1904-1997), a tarefa é reunir gatos de todas as cores para caçar melhor os ratos da fome e da desigualdade mundial que, incriavelmente, ainda convive com 733 milhões de pessoas em insegurança alimentar grave, segundo a ONU. O que surgiu na pequena Ningde, no fim dos anos 1980, mobilizou o país mais populoso do mundo. O que surgiu na pequena Guaribas, berço do Programa Fome Zero no semiárido piauiense, em 2003, fez o Brasil e a fome não serem mais considerados ligados para sempre. Nossa esperança, com a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, é que, nos próximos anos, na América Latina, na África e na Ásia, dez, cem, mil Ningdes e Guaribas possam começar a dar largos passos para que, em algum momento, a humanidade possa declarar o nosso planeta, enfim, um território livre da fome e da miséria.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (Interina))



circacunha.df@dabr.com.br

Bem-vindos ao passado

Criada oficialmente em março de 1991, com o Tratado de Assunção, a zona de livre-comércio do continente sul-americano, conhecida como Mercosul, vem, desde então, enfrentando alto e baixos na questão de fomentar as relações econômicas entre os países signatários, sobretudo os países situados no Cone Sul, e de reforçar a união aduaneira com vantagens para os seus integrantes.

O comércio a que se referia esse tratado era basicamente de produtos agrícolas. A ideia em si era boa e copiava outros modelos, como o da União Europeia. O problema era a grande disparidade regional, bem como as frequentes crises de instabilidade políticas. A cada novo governante eleito em cada um dos países-membros, novas crises se abriam, com ameaças de debandada, novas reivindicações, novos protestos contra a perda de autonomia e outras questões políticas que passavam a travar a plena implementação do bloco.

O fato é que o Mercosul, na prática, continua muito distante daquele projeto descrito no papel, não conseguindo resolver de forma satisfatória os problemas econômicos da região. Até hoje, se discute, sem que se chegue a um consenso, as Tarifas Externas Comuns (TECs) e sobre a restrição às negociações com outros blocos, como era o caso dos acordos com a União Europeia (UE), que se arrastou por mais de um quarto de século.

Os dois anos de pandemia também trouxeram prejuízos incalculáveis para o Mercosul. Agora que os acordos com a UE foram praticamente selados, faltando ainda um consenso político dentro dos parlamentos da França e na Itália, parece que essa integração finalmente irá prosperar. Afinal, trata-se de um negócio com 718 milhões de consumidores, num mercado de US\$ 22 trilhões. Mas, como em todo ajuste desse porte, os quesitos descritos no tratado são complicados e devem ser observados com todo o rigor e cautela a fim de evitar decepção e, sobretudo, prejuízos econômicos e políticos de grande monta.

Os europeus conhecem bem a natureza desses acordos comerciais, pois, desde o século 16, vêm praticando com afinco a exploração de mercados do outro lado do Atlântico. Não é necessário lembrar que, por séculos, a América do Sul, assim como a África e o Oriente, foram colônias da Europa. O período do mercantilismo entre os séculos 15 e 18 marcou para sempre as relações entre a Europa e o Novo Mundo.

Naquela ocasião, o Estado intervinha na economia, buscando acumular o máximo possível de riquezas, na forma de ouro e prata. Monopólio, protecionismo e metalismo (ouro e prata) eram praticados abertamente e tinham as colônias, espalhadas pelo globo, apenas como economia complementar da metrópole.

Para isso, asseguravam o chamado pacto colonial, no qual as colônias vendiam seus produtos a preços irrisórios, ao mesmo tempo em que compravam por altos preços os produtos vindos da metrópole. Graças à intensa exploração das colônias, a Europa pôde enriquecer como nunca antes. Portanto, os europeus, dentro desse novo tratado entre a União Europeia e o Mercosul, sabem o que estão fazendo e como tirar vantagens desses acordos.

Conhecem bem o estado de ansiedade e deslumbramento de muitos políticos envolvidos direta ou indiretamente nesses tratados. Ocorre que a questão toda desses acordos envolve um novo elemento: O Brasil é hoje uma potência agrícola considerável. Os parlamentares franceses e italianos sabem disso e, por isso, pressionados internamente pelos produtores locais, se mostram reticentes. O agronegócio brasileiro, que não tem boas relações com o atual governo, não quer a intromissão política e ideológica em seus negócios, preferindo agir longe e independente dos ditames do governo.

Para muitos economistas que acompanham de perto essas negociações, o acordo Mercosul e União Europeia é ruim para o Brasil, pois repete erros do passado, levando nosso país a se manter como exportador de bens primários, ao mesmo tempo que traz empecilhos à plena industrialização nacional. A primarização de nossa economia nos remete ao passado durante o mercantilismo, trazendo dúvidas sobre sua repetição em outros moldes.

O acordo, alertam os especialistas, aprofunda a participação do Brasil e dos países do Mercosul no comércio com a UE como relegados ao papel de fornecedores de matérias-primas agrícolas e minerais, ao mesmo tempo em que acentua a dependência de importações de bens industrializados das metrópoles. O que se prevê com esses acordos e com outros, como é o caso dos Brics e com a China, é que o processo de desindustrialização do Brasil avance ainda mais, com a destruição de empresas e de empregos. Bem-vindos de volta ao mercantilismo e ao colonialismo.

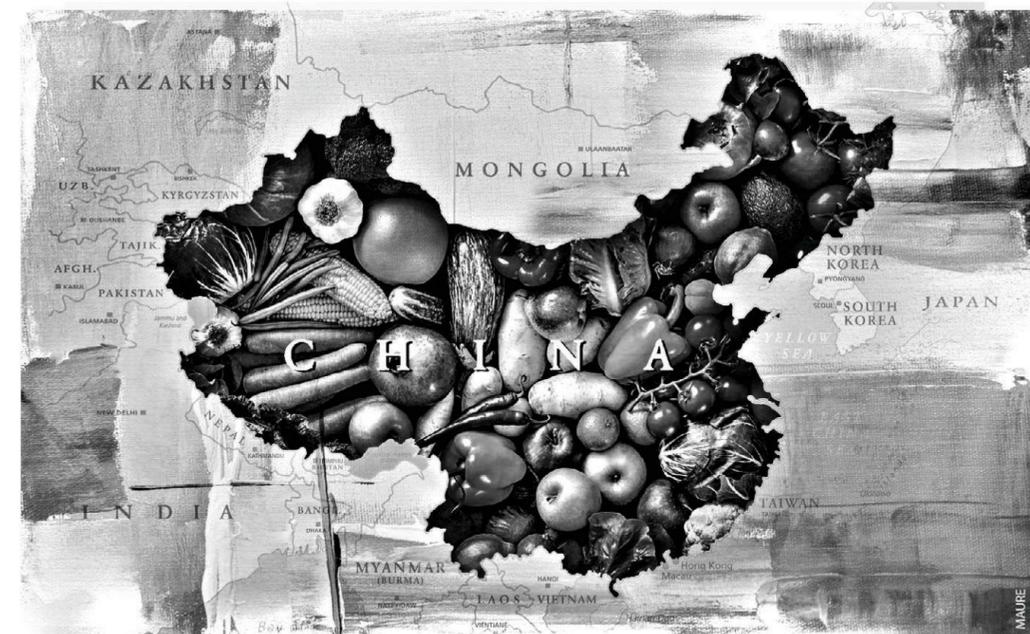
» A frase que foi pronunciada:

"Finalmente inventei algo que funciona!"

Dr. Emmett

» História de Brasília

Quando o sr. Jânio Quadros surgiu como ganhador das eleições, quando o sr. Hélio Fernandes enche de elogios o presidente eleito, a turba que subia ao poder atirou-se desenfreadamente contra a Novacap e encontrou uma administração pronta a prestar contas de tudo que executara. O sr. Israel Pinheiro deixou de residir no Ipê, mas mudou-se para o Lago, onde ainda hoje está, intocável e admirado por todos. (Publicada em 24/4/1962)



Inteligência artificial e busca por um eu melhor: por um futuro promissor e ético



» **RAFAEL PARENTE**
PhD em educação pela Universidade de Nova York (NYU), diretor executivo do Instituto Salto, foi secretário de Estado da Educação do Distrito Federal

» **ISRAEL BATISTA**
Conselheiro Nacional de Educação e relator da Comissão para Utilização da Inteligência Artificial na Educação Básica, foi deputado federal pelo DF e deputado distrital

Nos últimos meses, temos pesquisado sobre inteligência artificial (IA) e seus impactos em nossas vidas. Um podcast intrigante questionou: a IA pode nos auxiliar a nos tornarmos melhores? Afinal, ela já está presente em nosso cotidiano, recomendando filmes e nos guiando no trânsito. E se pudéssemos ir além? Se, em vez de apenas nos entreter, a IA nos guiasse para uma vida mais plena?

Imagine uma IA que, no lugar de nos explorar comercialmente, nos ajude a crescer como indivíduos e sociedade. Essa é a premissa da IA "humanista", que ganha força entre pesquisadores e entusiastas da tecnologia. Atualmente, a maioria das IAs visa maximizar o engajamento e os lucros das empresas. Contudo, há um movimento crescente em direção a uma IA mais colaborativa. Jogos que promovem comportamentos pró-sociais e redes sociais com algoritmos que priorizam conexões significativas são exemplos disso.

Tecnologias existentes podem ser ressignificadas. Câmeras dos smartphones, aliadas à IA, poderiam detectar sinais de estresse e oferecer sugestões

para melhorar nossa saúde mental. Aplicativos já usam IA para analisar padrões de sono e hábitos alimentares. No entanto, há desafios éticos, como a garantia da privacidade dos dados e o cuidado com o acesso a essas informações.

Nesse contexto, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) do Brasil, inspirada no GDPR da União Europeia, desponta como um marco regulatório importante para garantir a privacidade e o uso responsável de dados. A recente aprovação, pelo Senado Federal, do projeto de lei que visa regulamentar a inteligência artificial no país demonstra a crescente atenção do poder público para essa área.

Uma grande promessa da IA é seu potencial como extensão das nossas capacidades cognitivas. Assistentes inteligentes podem nos ajudar a melhorar nossa memória, potencializar nosso aprendizado e estimular a nossa criatividade. A ideia não é que a IA substitua nossas habilidades, mas que atue como uma parceira, complementando-as. É o conceito de "inteligência aumentada".

Ao mesmo tempo, é fundamental ponderar os riscos. A delegação excessiva de tarefas à IA pode nos tornar menos capazes e mais preguiçosos? Como manter um equilíbrio saudável entre o uso da tecnologia e as experiências do mundo real? Ao abraçarmos o potencial da IA, não podemos perder de vista a importância das conexões humanas e das experiências tangíveis. Além disso, a IA pode aprofundar desigualdades sociais caso o acesso a ela e seus benefícios não sejam democratizados. O desenvolvimento de uma IA ética e responsável é imprescindível para evitar a ampliação de vieses existentes e garantir que essa tecnologia seja utilizada para o bem comum.

Para isso, precisamos ir além da mera aplicação da tecnologia e questionar como ela pode ser utilizada para promover valores como justiça social, igualdade e desenvolvimento sustentável. A IA tem o potencial de nos impulsionar a sermos melhores. Para isso, precisamos desenvolvê-la e utilizá-la de forma ética, com foco no desenvolvimento humano. Priorizar a transparência, manter o controle humano sobre decisões importantes, fomentar a educação sobre IA e estabelecer regulamentações que protejam os direitos individuais são diretrizes básicas.

O futuro não é sobre humanos versus máquinas, mas sobre colaboração para um mundo melhor. A IA pode ser uma ferramenta poderosa em nossa jornada de autoaperfeiçoamento, mas cabe a nós direcioná-la com sabedoria. O Conselho Nacional de Educação, assim como outras instituições reguladoras, tem a responsabilidade de estar atento à necessidade de uma regulamentação efetiva do uso da IA em educação, garantindo a privacidade e segurança dos dados e incentivando a implementação de políticas para o letramento midiático e algorítmico da população.

A IA pode nos tornar melhores como pessoas ou apenas mais eficientes? A resposta está em nossas mãos. A tendência global é de harmonizar leis para tratar a IA com mais rigor, mas mantendo espaço para inovação. No Brasil, a LGPD já nos coloca em posição de destaque nesse cenário, demonstrando que estamos no caminho certo para um futuro promissor e ético com a IA, mas ainda há muito a ser feito. Cabe a cada um de nós assumirmos o papel de protagonistas nesse processo, seja por meio da educação, do debate público ou da ação política. Precisamos construir um futuro onde a IA seja uma força para o bem.